

**O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS**

THE FLOWERING OF THE FLOWER OF CHARITY AND THE TRAINING OF WOMEN
IN THE ANTÔNIO LEMOS ORPHANAGE

LA FLORACIÓN DE LA FLOR DE LA CARIDAD Y LA FORMACIÓN DE MUJERES
EN EL ORFANATO DE ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França¹ 0000-0002-6974-2606
Adriene Suellen Ferreira Pimenta² 0000-0002-2641-993X

¹ Universidade do Estado do Pará – Belém, Pará, Brasil; socorroavelino@hotmail.com

² Universidade Federal do Pará – Belém, Pará, Brasil; adrienepimenta@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo analisa as práticas educativas que fizeram parte da formação de mulheres no Orfanato Antônio Lemos, no período de 1893 a 1940. Trata-se de uma pesquisa documental, na qual utilizamos a perspectiva da análise histórica, cujas fontes elencadas foram relatórios da Intendência Municipal de Belém, mensagens de governo do Pará e matérias dos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*. O Orfanato Antônio Lemos teve suas origens no Orphelinato Paraense, criado em Belém, capital do Pará, no ano de 1893, com o objetivo de amparar e educar meninas órfãs. Ao longo dos anos, a instituição passou por várias transformações e tornou-se modelo na educação e amparo de meninas órfãs. Em 1903, por iniciativa do intendente de Belém, Antônio José de Lemos, deu-se início a construção de um novo prédio para a instituição na Vila de Santa Isabel, denominado Orfanato Antônio Lemos. As práticas educativas desenvolvidas nessa instituição sustentavam-se no ideário de civilidade e de princípios religiosos da Igreja Católica, as quais buscavam formar mulheres imaculadas, não apenas capazes de governar o lar, cuidar dos filhos e do marido, como também de terem um ofício e formarem-se professoras normalistas rurais.

Palavras-chave: orfanato; educação de mulheres; escola normal rural.

ABSTRACT:

This article analyzes the educational practices that were part of the training of women at the Antônio Lemos Orphanage from 1893 to 1940. This is a documentary research, in which we used the perspective of historical analysis, whose listed sources were the Municipal Intendance reports de Belém, messages from the government of Pará and articles from the newspaper *A Província do Pará* and *Folha do Norte*. The Antônio Lemos Orphanage had its origins in the Orphelinato Paraense created in Belém, capital of Pará, in 1893, with the objective of supporting and educating orphaned girls. Over the years, the institution has undergone several transformations and has become a model in the education and support of orphaned girls. In 1903, on the initiative of the intendant of Belém Antônio José de Lemos, the construction of a new building for the institution in Vila de Santa Isabel began, which was called Orfanato Antônio Lemos. The educational practices developed in this institution were based on the ideals of civility and religious principles of the Catholic Church, which sought to form immaculate

women, not only capable of governing the home, taking care of their children and husband, but also of having a job and to train rural normalist teachers.

Keywords: orphanage; women's education; rural normal school.

RESUMEN:

Este artículo analiza las prácticas educativas que fueron parte de la formación de las mujeres en el Orfanato Antônio Lemos de 1893 a 1940. Se trata de una investigación documental, en la que se utilizó la perspectiva del análisis histórico, cuyas fuentes enumeradas fueron los Informes de Intendencia Municipal de Belém, mensajes del gobierno de Pará y artículos del periódico *A Província de Pará* y *Folha do Norte*. El Orfanato Antônio Lemos tuvo su origen en el Orphelinato Paraense creado en Belém, capital de Pará, en 1893, con el objetivo de apoyar y educar a niñas huérfanas. A lo largo de los años, la institución ha experimentado varias transformaciones y se ha convertido en un modelo en la educación y el apoyo a las niñas huérfanas. En 1903, por iniciativa del intendente de Belém Antônio José de Lemos, se inició la construcción de un nuevo edificio para la institución en Vila de Santa Isabel, que se denominó Orfanato Antônio Lemos. Las prácticas educativas desarrolladas en esta institución se basaron en los ideales de civismo y principios religiosos de la Iglesia Católica, que buscaba formar mujeres inmaculadas, no solo capaces de gobernar el hogar, cuidar a sus hijos y esposo, sino también de tener un trabajo y la formación de profesores normalistas rurales.

Palabras clave: orfanato; educación de las mujeres; escuela normal rural.

Introdução

Como o cálix na alvorada, abre à flor a caridade, tal no seio da alma nobre desabrocha a caridade. Ai que triste fora a sorte da miséria na orfandade, se no seio da nobreza não brilhasse a caridade (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1906, p. 1).

O excerto acima, retirado da página do jornal *A Província do Pará*, revela as ideias filantrópicas que circulavam no Pará ao final do século XIX e início do século XX, as quais impulsionaram a criação de instituições educativas e assistenciais, como o Orphelinato Paraense no ano de 1893, em Belém. Este impactou e transformou a vida de muitas meninas órfãs, que, na concepção da sociedade da época, estavam fadadas à “perdição”.

A ideia de criar um asilo¹ para prover e dar um futuro às meninas órfãs fez “desabrochar a flor da caridade” nos corações dos paraenses, pois, segundo Pimenta e França (2019), tratava-se de uma instituição de cunho filantrópico, sustentada pelas mensalidades de sócios e doações de pessoas que pertenciam às várias camadas da sociedade local, como integrantes da elite, e até pertencentes às camadas populares, e que tinha como objetivo amparar e educar meninas órfãs.

Desde que foi criado, o Orfanato passou por várias transformações políticas e educativas que marcaram a sua história e lhe concederam diferentes denominações, como Orphelinato Paraense, Orphelinato Municipal, Orfanato Antônio Lemos, Escola Doméstica Antônio Lemos

¹ Denominação dada às instituições que amparavam órfãos e idosos.

e Colégio Estadual Antônio Lemos. Mesmo com as constantes transformações, a instituição sempre esteve voltada, pelo menos até a década de 1990, para a assistência e a educação de meninas com o objetivo de dar-lhes um futuro, formando mulheres para casar, serem boas mães de família ou para que tivessem um ofício, uma ocupação.

Nesse contexto, traçamos como objetivo deste estudo analisar as práticas educativas que fizeram parte da formação de mulheres no Orfanato Antônio Lemos no período de 1893 a 1940. Para isso, utilizamos como fontes os relatórios da Intendência Municipal de Belém, mensagens de governo do Pará, bem como matérias dos jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*.

Como caminho metodológico, utilizamo-nos da perspectiva histórica que prima pelo entrecruzamento de fontes. Nesse percurso, dialogamos também com a produção historiográfica que trata sobre educação de mulheres. Fundamentamo-nos na perspectiva de Paolo Nosella e Ester Buffa que asseveram que realizar pesquisa histórica em uma instituição educativa requer que o pesquisador reconstitua a história do seu objeto sem perder de vista o contexto mais amplo (NOSELLA; BUFFA, 2009). Nessa perspectiva, enveredamos pelas narrativas históricas impressas nas paredes, objetos e documentos do Orfanato Antônio Lemos, sem perder de vista o contexto em que estava inserido com vistas a analisar as práticas educativas de mulheres que tiveram suas vidas e suas histórias inter cruzadas pelo lugar que as formou.

O artigo está estruturado em três partes: na primeira “O Orfanato Antônio Lemos: origem e transformações” apresentamos a contextualização do Orfanato, sua criação e as transformações pelas quais passou. Na segunda parte “Educar meninas para serem mulheres honradas” destacamos os objetivos da educação de meninas nessa instituição, bem como as práticas educativas que lá se davam com vistas a formar mulheres para serem boas mães de família, ou que pudessem trabalhar para conseguir seu próprio sustento. Na última parte “O Curso Normal Rural do Orfanato Antônio Lemos e a instituição da Escola Doméstica Antônio Lemos” analisamos a formação de mulheres no momento em que a instituição foi transformada em centro de referência na formação de professoras normalista rurais, bem como em Escola Doméstica.

O Orfanato Antônio Lemos: origem e transformações

No século XIX, houve intenso debate sobre a implantação de diferentes tipos de instituições de educação, assistência e asilo por todo o país, das quais ganharam destaque asilos

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

e internatos para a infância criados por diferentes iniciativas de grupos, associações leigas e religiosas, igrejas e poder público (SCHUELER, 2009)

Nesse contexto, insere-se a história do Orfanato Antônio Lemos, que, segundo Pimenta e França (2019), foi criado no ano de 1893, em Belém, pela Associação Protetora dos Órfãos² denominando-se Orphelinato Paraense, cujo patrono foi Lauro Sodré, primeiro governador constituinte do Pará. Tinha como objetivo amparar e educar meninas órfãs. Os que contribuía com a instituição almejavam “desviar da estrada escura do vício e da depravação” meninas órfãs que não tinham amparo e proteção, dando-lhes um futuro, ou seja, uma formação para tornarem-se mulheres de bem, prontas para casar e constituir família (CARIDADE, 1893, p. 2).

Octávio Pires, redator do jornal *Caridade*³, pontuou: o “fim do Orphelinato é humanitário, grandioso, civilizador e os seus benéficos resultados serão em proveito da coletividade” (CARIDADE, 1893, p. 4). Sobre esse aspecto, podemos afirmar que a orfandade em Belém do Pará no final do século XIX e início do século XX se tornou um problema, que passou a requerer ações cujo objetivo era sanar tal mazela social. Para Pinheiro (2017, p. 46), havia “os chamados indesejados das cidades”. Tratava-se de “homens, mulheres, jovens e crianças que vagavam pelas ruas da cidade mendigando ou cometendo delitos”. Eram vários os fatores que contribuía para a orfandade em Belém, como doenças, principalmente as epidêmicas, guerras, pobreza, filhos fora do casamento, gravidez indesejada. Circulava entre as elites políticas e intelectuais discursos de que as crianças que vagavam pela cidade deveriam ser assistidas e educadas, principalmente as meninas para que não se prostituíssem.

Para Gondra (2002, p. 307), houve a necessidade de criação de instituições destinadas a resguardar, proteger e educar crianças pobres e desamparadas com “base em princípios filosóficos e higiênicos”. Esse movimento aliou as ações do Estado, dos homens da ciência e da fé cristã com o intuito de dar um destino a esses “infelizes”.

A criação do Orfanato estava sintonizada com o movimento higienista que tinha como finalidade “limpar” as ruas da capital paraense e dar um destino a meninas que não tinham como prover-se, a fim de livrar-lhes do caminho da perdição, evitando assim, que as ruas da cidade fossem tomadas pela prostituição e pela mendicância.

Pimenta e França (2019) afirmam que, em 1900, a instituição passou por problemas financeiros; foi quando recorreu à Intendência Municipal de Belém em busca de ajuda,

² Para mais informações, consultar Pimenta e França (2019).

³ Jornal feito em única tiragem pela corporação artística do Sr. Tavares de Castro, em 29 de junho de 1893, em Belém, com fins de arrecadar valores destinados ao Orphelinato (PIMENTA; FRANÇA, 2019).

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

momento em que se nota o envolvimento direto do então intendente de Belém, Antônio José de Lemos, que realizou reformas na instituição e a transferiu para o âmbito municipal em 1902.

Antônio José de Lemos foi senador e intendente de Belém. Esteve no poder por 14 anos, tornando-se responsável por importantes reformas estruturais na cidade. Utilizando-se de espírito reformador, o intendente atuou significativamente a favor das órfãs de Belém, visto que foi quem realizou melhoras estruturais e reorganizou o ensino do Orfanato, que tinha como objetivo assistir meninas órfãs para responsabilidade do município, em 1902 (PIMENTA; FRANÇA, 2019). Além disso, idealizou e iniciou a construção do prédio em 1903, para abrigar a instituição na Vila de Santa Isabel, a qual ficava distante de Belém 2 horas de trem. Em 1906 a instituição veio a denominar-se Orfanato Antônio Lemos. Até então esta não possuía prédio próprio, sendo instalada em casas alugadas, na capital paraense.

De acordo com relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, no dia 20 de maio de 1930, a transferência das órfãs para Santa Isabel deu-se no ano de 1930. Ainda nesse período, a construção não havia sido concluída, visto que “apesar d’uma construção moderna, onde foram observados todos os preceitos de higiene, ainda há ali muito o que se fazer, sem falar no acabamento do edifício que lhe daria a assimetria de que o priva a ausência da outra ala” (BELÉM, 1930, p. 117).

Na parte frontal da instituição, consta a placa com o seguinte escrito “Orphanato Antônio Lemos. Construção iniciada pelo Senador Antônio José de Lemos, Intendente Municipal de Belém, 1905, prosseguida pelo Intendente Municipal Dr. Antônio Crespo de Castro, 1927-1928”. Na coluna ao lado, outra placa informa “Fundação Mac Dowell. Dra. Exmas. Sras. D. D. Dolores Mac Dowell [...]”, bem como o nome de mais dez mulheres. O governador Antônio Faciôla, na mensagem de governo de 1930, afirma que se tratava de uma fundação constituída por mulheres da alta sociedade paraense, encarregadas de angariar fundos e supervisionar o Orfanato Antônio Lemos com o objetivo de manter o bom andamento da instituição (BELÉM, 1930).

De acordo com Duarte (2013), Dolores Mac Dowell esteve por vários anos como diretora do Orfanato, bem como foi uma das criadoras da fundação Mac Dowell no ano de 1926, cujo objetivo era conseguir ajuda financeira para as obras em Santa Isabel e prestar assistência às órfãs em Belém. Para o autor, foi o trabalho dessa fundação que angariou recursos financeiros junto à sociedade paraense, apoiado pela Intendência de Belém que promoveu a mudança das órfãs para o prédio do Orfanato em Santa Isabel.

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

A Fundação Mac Dowell demonstra que mulheres da sociedade paraense sempre estiveram envolvidas em ações do Orfanato, tanto no que se refere a promovê-lo, mesmo antes de sua criação, como ao longo de sua existência. Pimenta e França (2019) afirmam que havia uma comissão de senhoras organizada pelo conselho administrativo da instituição, encarregadas mensalmente de examiná-lo. Estas examinavam a parte física, o andamento das atividades da instituição, bem como os ensinamentos dispensados às órfãs.

Na visão de Perrot (2019), pela caridade e pelas obras, as damas “patronesses”, ou seja, que patrocinavam ou organizavam eventos beneméritos, exerciam verdadeiro papel social chamado de filantropia. No Orfanato, essas mulheres organizavam eventos beneficentes, faziam doações, intervinham na educação das órfãs, na organização da instituição, exercendo o papel de fiscalizadoras, examinadoras e reguladoras. Estas tinham autorização e o papel de lá intervir. Assim, por meio da referida fundação, fizeram-se presente também na transferência da instituição para Santa Isabel, deixando suas identidades impressas na materialidade da placa que a compõe.

As mudanças políticas e governamentais ao longo da história do Pará, bem como o trabalho de mulheres da sociedade local, impactaram diretamente não apenas na construção e finalização das obras do prédio e na mudança do Orfanato Antônio Lemos na Vila de Santa Isabel, mas sobretudo, na organização interna da instituição, bem como na educação dispensada as órfãs.

Além dessas, atuaram também no Orfanato Paraense mulheres da Ordem Filhas de Sant’Anna, que, de acordo com Pimenta e França (2019), chegaram ao Brasil em 1884 se instalando em Belém; em seguida, em outras partes do país como Ceará, Manaus, Maranhão e Rio de Janeiro. Para as autoras, essas mulheres foram protagonistas na história de várias instituições hospitalares, asilares e educativas espalhadas pelo Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil, das quais fizeram parte. Perrot (2019, p. 85) afirma que o “florescimento das missões abriu para as religiosas horizontes consideráveis” fazendo com que mulheres conseguissem ocupar e protagonizar novos espaços.

Segundo Pimenta e França (2019), as Filhas de Sant’Anna estiveram em dois momentos administrando o Orfanato Antônio Lemos. Inicialmente, na sua criação, quando duas das religiosas que atuavam na Santa Casa de Misericórdia do Pará⁴ foram provisoriamente administrar à instituição, e a outra em 1898, permanecendo até 2012. Estas foram responsáveis

⁴ Vieram seis religiosas diretamente da Itália para atuar na Santa Casa de Misericórdia do Pará (PIMENTA; FRANÇA, 2019).



pela administração e formação de milhares de mulheres que por lá passaram ao longo da história do Orfanato.

Rosa (2015) estima que a instituição permaneceu com sistema de internato até a década de 90 do século XX, quando passou a sediar o Colégio Estadual de Ensino Médio Antônio Lemos. Para a autora, a decisão das irmãs Filhas de Sant'Anna de sair da instituição em 2012 foi em decorrência das péssimas condições estruturais em que se encontrava o prédio, aliada à questão político-administrativa conflitiva, que vinha ocorrendo desde a transformação do Orfanato em Colégio Estadual.

Para Pimenta e França (2019), foram essas religiosas as principais responsáveis pela formação das mulheres que passaram pela instituição, visto que eram elas que lidavam diariamente com as órfãs, organizavam o cotidiano, distribuíam as tarefas e funções, decidiam sobre a alimentação, as vestimentas, dividiam o tempo e o espaço, fiscalizavam, corrigiam, incentivavam, puniam e ensinavam.

Foi o trabalho das Filhas de Sant'Anna e a atenção de governantes interessados na questão da orfandade, aliados ao “desabrochar da flor da caridade” no coração da sociedade paraense, que levou a instituição a tornar-se modelo na educação de meninas órfãs.

Educar meninas para serem mulheres honradas

Diante de transformações políticas, administrativas e estruturais, educar meninas para tornarem-se mulheres honradas foi o objetivo que sempre circundou as ações do Orfanato Antônio Lemos desde suas origens, em Belém do Pará. Contudo, sem perder de vista esse objetivo, a instituição abrigou diferentes modalidades de ensino, como Ensino Primário, Curso Doméstico e Ensino Normal Rural, os quais eram incorporados a outras práticas cotidianas das órfãs, como vestir, alimentar, rezar e realizar tarefas domésticas.

No período de criação do Orfanato, o Estatuto da Associação Protectora dos Orphãos previa que fossem ofertados “casa, mesa, luz, vestuário, instrução primária, ensinando-se aos do sexo feminino toda sorte de costura, chá, prendas de agulha, e serviços domésticos”. Ainda em Belém, ao serem recebidas, as órfãs passavam por exames que determinavam a classe de ensino que deveriam entrar. Havia a 1ª, 2ª e 3ª classe que se dividia em 1º e 2º grau cada. Além desses, realizavam exame anual de aproveitamento de estudos (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1893).

Como trabalhos manuais aprendiam a costurar, bordar, tecer crochê como “um lençol de linho com duas fronhas bordadas à mão, lenço, toalha de linho com guardanapos, uma camisa

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

rendada, porta alfinete forrado com cetim, camisinha e um sapatinhos de crochê [...]”. Além dessas peças, havia “artigos para crianças, chapéus de fustão branco bordados com flores de seda, bolsa forrada de seda, capa para cadeiras” e outros artefatos do gênero. O que se constituía uma fonte de renda para o Orfanato mesmo este estando financeiramente sob a responsabilidade do município (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1907, p. 1).

Em relação aos trabalhos domésticos, as órfãs recebiam em “igualdade de direito um ensino metódico, regular e paciente”, cujas tarefas eram divididas de acordo com as habilidades e aptidões de cada uma, o que significa que eram as internas que realizavam as tarefas domésticas do Orfanato, sendo responsáveis pela organização e limpeza dos espaços (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1893, p. 1).

As órfãs cursavam o Ensino Primário, recebiam ensinamentos de economia doméstica, costura, chá, prendas de agulha, e serviços domésticos, e ainda, designava-se um ofício para as órfãs mais velhas, o que corroborava para a ideia de transformar o Orfanato em um centro de trabalho. Para isso, algumas das órfãs frequentavam ateliês e fábricas de costuras. Perrot (2019) constatou que o século XIX foi um período de expansão da indústria têxtil no mundo, o que contribuiu para a disseminação dessas práticas na formação de mulheres.

A ginástica e o recreio eram práticas educativas que também faziam parte do cotidiano das órfãs, os quais eram realizados “todos os domingos, do meio dia às 4 horas da tarde” no pátio ou no quintal do Orfanato (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1894, p. 2). Essa prática era recorrente nas instituições educativas paraenses e perdurou no Orfanato ao longo dos anos. Tanto que no prédio em Santa Isabel ainda é possível encontrar os “cavalos⁵” utilizados na ginástica do corpo, a qual nesse contexto tinha função de disciplinar, moralizar e dar saúde ao corpo. Para Soares (2002), a ginástica tinha fins pedagógicos e sociais de forma que ocupava lugar de destaque nas instituições educativas, sendo concebida como capaz de garantir a saúde e o disciplinamento do corpo, mesmo em meio à miséria física e social do povo.

Além da ginástica, as órfãs aprendiam desenho, canto coral, piano, arte cênica, poesia. Muitas dessas práticas ficavam evidentes nas festas realizadas pela instituição como descreveu o jornal *A Província do Pará* sobre o sucesso da programação da festa junina de 1908 que teve o

Canto coral – por todas as alunas, saudação; **Monólogo** – a procura de um bigode, pela aluna Luiza das Chagas; Profunir Orientali – **valsa para piano**, por G. Bellenghi, executada às mãos pela aluna Judite Gonçalves e Maria de Jesus; **Ginástica** –

⁵ O “cavalo” é um instrumento em madeira parecido com o corpo de um cavalo, que fazia parte da aparelhagem da ginástica como educação do corpo (SOARES, 2002).

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

saudação à Pátria, composta de 25 alunas médias; *La Reine dès Fèes – Galop*, **di bravura para piano**, executada pelas alunas Maria de Jesus e Judith Gonçalves; **Canto** – comédia em um ato; **Ginástica** – A prece, composta por 25 alunas; **La Fille du regimant** – executada a 4 mãos pelas alunas Ana Lopes e Maria de Jesus; **Canto** – La cieca nata, pela aluna Diana Marques; **Canto coral** – por todas as alunas; [grifo nosso] (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 1908, p. 5).

Faziam parte das práticas cotidianas das órfãs os momentos religiosos, visto que no “Orphanato preparavam-se mães de família laboriosa, modestas e dignas, inculcando no ânimo das educandas, os incomparáveis preceitos ensinados por Jesus Cristo, de par com o ensino das prendas domésticas”. Com o objetivo de ter uma educação sob os preceitos da fé cristã, as meninas participavam dos momentos de orações e missas diariamente proferidas na própria instituição (BELÉM, 1904, p. 256).

Ainda em Belém, o Orfanato Antônio Lemos tornou-se referência no amparo e educação de meninas órfãs. As reformas realizadas pelo intendente Antônio Lemos, a transferência para um espaço maior, ainda que alugado, e o auxílio financeiro do município, juntando-se a isso o acolhimento às órfãs de várias regiões e de outras nacionalidades, assim como o fato de figurar nas páginas de *A Província do Pará*, importante jornal de publicação diária no Estado, deram visibilidade a instituição, possibilitando que esta se tornasse conhecida nacionalmente e em outros países, como Portugal, Peru e Espanha.

Casar as órfãs ou torná-las mãe de família, por exemplo, significava que o objetivo do Orfanato estava sendo alcançado, que o amparo e a educação dada pela instituição estavam dando certo, ou seja, as meninas estavam tendo um futuro livre da perdição e o dinheiro dos sócios ou do município estava sendo bem investido. Esses feitos figuravam tanto nas páginas dos relatórios da Intendência Municipal de Belém como em *A Província do Pará*, com o objetivo de convencer a todos sobre a importância de se manter a instituição.

Havia ainda a preocupação em dar um destino às órfãs que não conseguiam casar, ideia que já se apresentava nos primeiros anos de criação da instituição, quando se buscava ensinar um ofício às meninas. No entanto, foi do intendente Lemos que partiu a ideia de ensinar-lhes a mexer com a terra e profissionalizá-las, e o local ideal seria o novo prédio em Santa Isabel.

Destinado a ser em breve uma casa de educação profissional, segundo proposta minha, aceita pelo Conselho Municipal de Belém, que votou a lei n. 370 de 28 de dezembro de 1903, o Orfanato ficará, dentro em poucos anos, instalado no amplo edifício que estou mandando construir próximo à vila Santa Isabel (BELÉM, 1905, p. 306).

A ideia era aproveitar as “dimensões tão vastas do terreno [...] pela necessidade de utilizar os trabalhos das educandas já púberes, que se não casarem, e aí permaneça a espera de contratos para dirigirem serviços de sua competência profissional” (BELÉM, 1904, p. 270).

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

O intendente via nas escolas femininas da Bélgica um exitoso exemplo que poderia ser implantado no Orfanato. Estas denominadas de Escola Doméstica possuíam o curso que consistia em 15 aulas. Além do mais, o governo havia autorizado o acesso de mulheres a comícios agrícolas, até então frequentados por homens. O que pode ser constatado no excerto a seguir:

O governo Belga organizou o curso de economia doméstica em 15 lições para o uso das mulheres; autorizou os comícios agrícolas⁶ a admitir as mulheres em suas deliberações; estabeleceu escolas volantes de laticínio, que funcionam em todas as aldeias, de modo nômade e temporário de três em três meses, para poder facultar essas vantagens às moças que não podem seguir as escolas domésticas. [...] Nove escolas domésticas para moças, muito seriamente subvencionadas pelo Estado, funcionam com pleno êxito. [...] À vista dos magníficos resultados obtidos, este ensino agrícola da Bélgica deve ser apontado como modelo para todos os outros países (BELÉM, 1906, p. 311).

Tais escolas haviam alavancado a indústria de laticínios do país ao utilizar a mão de obra feminina, o que afirmava que “a participação esclarecida da mulher nos trabalhos dos campos era uma verdadeira riqueza para o país” (BELÉM, 1906, p. 310).

Na concepção de Lemos, o Orfanato se transformaria em uma modelar casa de educação feminina, a oferecer “o Ensino Primário, Canto Coral, Agronomia Prática, trabalhos domésticos, inclusive os de agulha até costura branca”. Nesse sentido, as órfãs que não casassem iriam ocupar-se na lida com a terra. Essas novas características não causariam prejuízo ao cultivo da inteligência e ao ensino das prendas do lar. Isso significa que tais ensinamentos seriam somados ao ensino que já era dispensado às meninas, o qual buscava prepará-las para casar e serem mãe de família (BELÉM, 1904, p. 270).

A transferência para Santa Isabel, na década de 30, possibilitou ao Orfanato ampliar o ensino destinado às órfãs, tanto que passou a ter, além do Ensino Primário, música, canto coral e trabalhos manuais; o Curso Normal Rural, sendo também transformado em Escola Doméstica Antônio Lemos.

O Curso Normal Rural do Orfanato Antônio Lemos e a instituição da Escola Doméstica Antônio Lemos

A mulher se casa para ser soberana de um pequeno Estado, que se chama Lar. Nesse lar deve reinar a paz e a ordem. Princípios básicos da felicidade da família. E uma boa educação doméstica e rural contribuirá eficazmente para o alcance dessa finalidade (RIBEIRO, 1935, p. 44).

⁶ Espécie de feira agrícola formada por proprietários e agricultores (BELÉM, 1906).

O excerto acima, publicado na *Revista Escola: Revista do professorado do Pará*, contém instruções “do ponto de vista familiar”, de Luís Ribeiro, inspetor regional do departamento nacional de indústria animal do Ministério da Agricultura, às professoras que estavam sendo formadas pelo Curso Rural Normal, as quais deveriam atuar nas Escolas Agrícolas Rurais. Na concepção de Ribeiro (1935), as professoras deveriam educar as mulheres camponesas nos princípios da educação doméstica e rural para que estas viessem a tornarem-se boas donas de casa, contribuindo com a organização de seus lares e o bem-estar de suas famílias.

Tornar o Orfanato um centro de referência no interior para formar professoras normalistas rurais, assim como instruir e educar mulheres para viverem e trabalharem no campo, era meta dos homens que administravam o estado do Pará nos anos de 1930 a 1940. Nesse período, ocorreram várias transformações em relação à emancipação da mulher, as quais passaram a ocupar outros espaços sociais dentre os quais estão os espaços educativos, especialmente a partir da sua formação escolar e da ampliação do emprego da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Perrot (2019, p. 109) assevera que “as mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era de ordem do doméstico”. Tratava-se de práticas invisibilizadas nas sociedades em que viveram e trabalhavam.

Perrot (2019, p. 126) afirma que as mulheres passaram a ocupar lugares pedagógicos ao ser “instaurada a obrigatoriedade da escola para os dois sexos, e se possível em escolas distintas”. Nesse cenário, as mulheres foram indispensáveis tanto para educar meninas, como crianças. A profissão era ambicionada especialmente por mulheres filhas da classe burguesa e das classes populares rurais e operárias.

No Pará, a profissão de educadora também era almejada por essas mulheres, no entanto, havia dificuldade em encontrar professoras normais para dar aulas no interior do Estado, argumento este que levou o poder público a criar o Curso Normal Rural para formar professoras para as escolas primárias interioranas, o qual tomou forma no governo do Interventor Federal Magalhães Barata. Pelo Decreto N.520, de 26 de 1931, ele criou o Curso Normal Rural. Nas considerações apresentadas na parte introdutória do decreto, ressaltava que grande parte de alunos do interior que desejava cursar o Curso Normal na capital não dispunha de condições financeiras para se deslocar para cursá-lo e que os professores diplomados pela Escola Normal, na sua maioria, não se dispunham a trabalhar no interior. Para o interventor, era mais vantajoso para o Estado formar professores, em tempo mais curto, nas escolas situadas nas áreas rurais, “com habilitações suficientes para servirem os interesses das mesmas, por meio de ensino prático e adequado a população escolar respectiva” (PARÁ, 1931, p. 73).

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

Segundo esse decreto, o Curso Normal Rural tinha por objetivo formar professoras para as escolas dos municípios do Estado. Essa iniciativa foi apoiada por Luís Fernando Ribeiro, o qual evidenciou na *Revista Escola: Revista do professorado do Pará* que

A criação de Cursos Normais Rurais pelo governo Magalhães Barata visará, sobretudo, o preparo de preceptoras que atuando no meio rural com seu ensino esclarecido, com os seus conselhos inteligentes preparará, o futuro homem da terra fazendo uma mentalidade mais robusta e uma inteligência mais útil (RIBEIRO, 1935, p. 43).

Preparar “o futuro homem da terra” fazia parte de um movimento ruralista que concebia o Brasil como uma potência rural, o qual precisava de professores especializados para atuarem no magistério na zona campesina, disseminando conhecimentos sobre agronomia e higiene rural. Além disso, era preciso fixar o homem no campo imprimindo-lhe um ideário nacionalista (RIBEIRO, 1935, p. 43). As Escolas Normais Rurais constituíram-se espaços de formação ideal para esse propósito.

Ainda de acordo com o Decreto N. 520, de 26 de 1931, a duração do Curso Normal Rural era de dois anos, sendo o programa de ensino dividido por período anual, de forma que no primeiro ano do curso eram ministradas as disciplinas: português, geografia do Brasil, aritmética, desenho, caligrafia, história do Brasil, higiene, trabalhos manuais, jardinagem e noções de agricultura. E no segundo ano: português, geografia do Brasil, aritmética, álgebra e geometria, ciências naturais, instrução moral e cívica, trabalhos manuais, horticultura e prática pedagógica.

Formar para o magistério primário rural e para o lar era a proposta do Curso Normal Rural no Pará, visto que contemplava uma educação intelectual, moral, estética e manual. As alunas que o frequentavam eram habilitadas para o exercício da docência, da educação de seus filhos e da administração de seus lares. A transmissão de conhecimentos com base no método intuitivo deveria ter uma relação direta com a vida das alunas. Esse método assentava-se em uma aprendizagem que se dava pelos sentidos funcionando como canais de mediação entre o sujeito e objeto.

Para matricular-se no Curso Normal Rural, segundo o decreto supracitado, as candidatas deveriam ter 13 anos completos e ter sido aprovadas no exame de admissão. Esse exame era realizado por uma comissão de três membros, indicada pela direção do estabelecimento de ensino, com assistência do Presidente do Conselho Escolar do Município.

A prática pedagógica do Curso Normal Rural era realizada no ensino primário de uma instituição, como uma espécie de estágio docente. Precedia essa prática a preparação de lições pelas alunas do curso que as registravam nos seus diários de classe. Essa prática era

acompanhada e orientada pelo professor do ensino primário. A ele cabia corrigir as falhas e lacunas das atividades desenvolvidas pelas alunas.

Os estudos de jardinagem e horticultura, predominantes práticos, eram realizados por meio de demonstrações em lugares apropriados com a finalidade de despertar o interesse das alunas para trabalhar na agricultura com o cultivo de flores, frutos, verduras, legumes e jardinagem.

No Pará, a primeira instituição a ministrar o Curso Normal Rural na capital foi o Instituto Gentil Bittencourt. O governador Magalhães Barata, em 1944, destacava que a inauguração desse curso no Instituto deu-se em 1º de fevereiro de 1932. Com a fundação do Curso Normal no Instituto, nos mesmos moldes da Escola Normal da capital, o Curso Normal Rural foi extinto, passando a funcionar somente no Orfanato Antônio Lemos (PARÁ, 1944). Durante a pesquisa, não foi localizado o ano de instalação desse curso na instituição, mas considerando que a primeira turma de normalistas diplomadas data de 1934, podemos inferir que o início do curso ocorreu em 1932.

A criação de escolas normais para formar professores para as escolas primárias do campo permeou os debates sobre a educação rural no País. O ruralismo pedagógico, nos anos de 1930 a 1940, defendia a fixação do homem no campo, uma educação adequada às necessidades do meio rural e à formação para o trabalho no campo.

O ensino primário rural, entre os anos de 1930 e 1960, ocupou um lugar de destaque nos discursos das elites políticas e educacionais no Brasil. Os debates ocorridos nesse período foram marcados por proposições antagônicas: de um lado, os adeptos do ruralismo pedagógico, que defendiam uma escola primária rural adequada ao campo, bem como a permanência do homem no meio rural; e, do outro, os liberais, representantes do movimento de renovação educacional, defensores de uma escola única ou comum no campo e na cidade. No estado de São Paulo, por exemplo, os debates foram intensos, produzindo “propostas pedagógicas e políticas específicas para o meio rural, muito diferenciadas das levadas a termo durante a Primeira República” (SOUZA; ÁVILA, 2014, p. 15).

No Pará, discussões sobre o ensino rural já se faziam presentes nas duas primeiras décadas do regime republicano, intensificando-se nas décadas seguintes. Defesas sobre a educação rural e a necessidade de torná-la projeto de governo marcaram os pronunciamentos de administradores do estado e dos que participavam de seus governos. Um exemplo é o texto de Dalcídio Jurandir, membro da diretoria de Educação e Ensino do Pará, intitulado *O problema do ensino rural: curso de piscicultura do Pará*, publicado na *Revista Escola: Revista do*

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

Professorado do Pará, em 1934, em que destacou o interesse do poder público de expandir o curso de piscicultura no interior do estado e as dificuldades enfrentadas para dar conta desse propósito.

Jurandir (1934, p. 35) destacava que o “ideal do ruralismo por que tanto se bate o bom senso dos nossos sociólogos e dos que veem a solução do problema nacional na fixação definitiva das nossas populações rurais” precisava de mudanças práticas e objetivas que tivessem concatenadas com as necessidades das populações campestres. Defendia, portanto, um ensino rural adaptado à realidade do homem do campo e a criação de centros de interesse para tornar o ensino atrativo para as crianças. Dessa forma, estava de acordo com a fixação da população no campo, mas via a necessidade da transformação, especialmente dos métodos das escolas rurais e da educação das crianças, visto que não possuíam aplicabilidade aos meios de subsistência dessas populações, bem como se dissociava das práticas cotidianas das crianças.

Na concepção de Jurandir (1934, p. 35-36), a piscicultura nas escolas do Salgado⁷ constituía-se um centro de interesse de estudo. A água, o peixe que vinha do mar, do rio, do igarapé, do lago eram objetos de conhecimento da criança, sobre os quais afirmava “o peixe encaminha o interesse à história natural. A notícia da rede hidrográfica ia desenvolver-se até levar a criança ao conhecimento da geografia”. Nota-se a defesa de um ensino transversal, o qual deveria partir de um eixo norteador vinculado aos elementos do cotidiano rural, o que para o período configurava-se um ensino rural renovado.

O governador José da Gama Malcher, ao discorrer sobre as escolas rurais, destacou que a agricultura era um dos problemas mais importantes do país, o que significa que estava sintonizado com o debate nacional sobre o desenvolvimento rural e de criação de escolas rurais para a formação do homem no campo e para o campo. Para o governador, os conhecimentos ministrados nessas escolas deveriam ser sólidos e compatíveis com o seu meio. No seu pensamento, estas instituições tinham a função de despertar nas populações do interior amor pelo campo. Por outro lado, concebia as populações do interior como incultas e doentes, as quais por serem mal orientadas desejavam trocar o campo pela cidade (PARÁ, 1936).

Com o intuito de ocupar esses espaços escolares campestres, nove mulheres foram formadas pelo Orfanato Antônio Lemos, em 1934, como mostra o quadro de formatura da primeira turma do Curso Normal Rural da instituição apresentado abaixo (Imagem 1). Esse

⁷ Refere-se aos municípios do litoral paraense banhados pela água do mar.

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

objeto constitui-se um lugar de memória de um momento que marcou a vida dessas normalistas rurais que colaram grau.

Imagem 1 – Quadro de formatura do Curso Normal Rural do Orfanato Antônio Lemos (1934).



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021.

Como é possível observar na parte superior da imagem, consta a foto do Governador Magalhães Barata, representante máximo do estado do Pará. À sua esquerda, Dr. Genuíno Amazonas de Figueiredo, conhecido como Amazonas de Figueiredo, o qual era Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública do Pará, e à direita Dr. João Casanova, então secretário do município de Belém. Em seguida, ao centro, a professora Irina de Lima e as alunas Maria Ávila, Mariana N. Moura, Julia Rocque, Raymunda Amaral, Marianna Couto, Ducleina do Nascimento, Simiraana (?)⁸ dos Santos Freitas, Juliete Chaves Cavalcante e Florinda C. Sagio. A professora destaca-se trajando o que parece ser um uniforme na cor preta. Trata-se de uma foto emblemática que retrata uma professora normalista rural negra ocupando um lugar de destaque naquela instituição. As alunas, exceto Maria Ávila, apresentam-se trajando blusas brancas, com mangas curtas. Algumas delas apresentam traços indígena, afrodescendente, pardo e branco. A formatura foi um momento de emancipação dessas mulheres, que, ao serem as primeiras professoras formadas pela instituição aptas a ocupar escolas campesinas, abriram precedentes para que outras mulheres também o fizessem.

O Curso Normal Rural continuou sendo ofertado pelo Orfanato, mesmo a instituição tendo sido transformada em Escola Doméstica Antônio Lemos, em 1936, pelo governador José

⁸ Há dúvida em relação à grafia do nome dessa aluna.

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

da Gama Malcher, quando esta passou a oferecer os cursos primário, doméstico e normal rural. Em mensagem à Assembleia Legislativa, Malcher afirmou que a administração do Orfanato continuaria sendo exercida pelas Filhas de Sant'Anna (PARÁ, 1936). Além da superiora, contava a instituição com 14 religiosas, 11 professoras primárias, das quais 3 rurais e com o provedor Sr. Dr. João Casanova da Luz e Silva. Possuía o Orfanato clínica dentária, serviço médico, enfermagem, jardineiro, eletricitas e trabalhadores do campo. A Escola Doméstica do Orfanato era administrada pela Senhorita Henriqueta Martyres, formada pela Escola Doméstica de Natal, conceituada instituição e referência desse ensino no Brasil.

No Pará, por exemplo, a *Revista Escola: Revista do Professorado do Pará* afirmou:

Recomenda-se, como preparação fundamental e indispensável, para os alunos do sexo feminino, em o último ano da escola primária, uma educação doméstica criteriosa, orientada, e onde possível, a criação dos institutos profissionais nos moldes da Escola Doméstica de Natal (PARÁ, 1935, p. 12-13).

A Escola Doméstica de Natal foi criada em 1914 pelo intelectual Henrique Castriciano de Souza e destinava-se à educação feminina. Este, em viagem realizada à Suíça em 1909 para tratamento médico, conheceu o processo formativo a que eram submetidas as mulheres naquele país (RODRIGUES, 2007; SOUZA, 2011). Considerava as escolas que cuidavam da educação das mulheres na Suíça as melhores do mundo. Essa convicção fez-se presente em um dos trechos de sua conferência *A educação das mulheres no Brasil*, proferida em 23 de junho de 1911. Referindo-se à organização do trabalho formal naquele país, destacava que o número de mulheres trabalhando era quase o mesmo que o dos homens. O trabalho para Henrique Castriciano Souza “era sinônimo de progresso e precisava ser ensinado nas escolas, organizado de acordo com o conhecimento científico e com uma cultura moral” (SOUZA, 2011, p. 26). Essa cultura moral tinha por base os ensinamentos da Igreja sobre a mulher e a família. Ressaltava que havia chegado a hora de se criar no Brasil uma escola doméstica para o sexo feminino. Essa escola, inspirada no modelo suíço, devia ser adaptada à realidade brasileira.

Esse intelectual, ao retornar da Suíça, deu início a reuniões com homens influentes da sociedade potiguar com a finalidade de criar a Escola Doméstica de Natal. Na esteira desse processo, fundou em 1911, com um grupo de intelectuais, a Liga do Ensino do Rio Grande do Norte. Com o apoio financeiro do governo, o projeto dessa escola foi efetivado. Os integrantes da Liga desejavam aproximar a escola da família e formar mulheres educadas, simples, humildes e discretas. Os modos de educar visavam tornar as mulheres submissas ao marido e à sociedade. Era uma instituição frequentada por uma elite patriarcal e branca, filhas de fazendeiros, políticos, médicos e comerciantes.

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

O idealizador dessa escola não somente assumiu a defesa de uma educação diferente para mulheres, como também criticou como eram educadas na maioria das instituições de educação feminina no país. A educação da mulher deveria ser realizada com base em preceitos científicos e higiênicos voltados para sua atuação na família. Criticava como as mulheres exerciam a maternidade, considerando-as responsáveis pelo alto índice de mortalidade. Às mulheres, cabia cuidar da saúde e bem-estar da família, seguir o que a ciência prescrevia como melhor forma de viver. Não obstante, a iniciativa não era apenas “aprimorar” a “dona de casa”, mas controlá-la, evitando que elas assumissem outros papéis além do exclusivo papel de “rainha do lar” (SOUZA, 2011, p. 177-178).

A implantação da Escola Doméstica Antônio Lemos estava vinculada a um movimento maior que vinha se dando na Europa, cujo interesse de educar as mulheres para o lar foi motivado pelo crescimento populacional e urbano das cidades europeias no final do século XIX e por movimentos que reivindicavam medidas higiênicas e sanitárias para a população. O crescimento acirrado e desordenado das cidades, ocasionado pelo capitalismo, produziu aumento do desemprego e diminuição da qualidade de vida. Moldar a mulher para que adquirisse uma nova moral, novos costumes e conhecimentos para cuidar da família e contribuir com a economia vigente. O movimento higienista do século XIX deu ênfase à economia doméstica e ao bem-estar da família proletária, desenvolvendo programas voltados a saúde, habitação, vestuário e educação. A economia doméstica defendida para esse movimento a finalidade de formar a mulher para desenvolver suas atividades principalmente no lar. A expansão dos cursos de educação doméstica na Europa no século XX tinha por objetivo “reafirmar o papel desempenhado pelo sexo feminino na família e na sociedade” (RODRIGUES, 2007, p. 97).

Por outro lado, o ensino doméstico destinado à educação da mulher já era praticado no Brasil desde o período imperial. A cadeira de economia doméstica fazia parte dos programas de ensino de escolas públicas e particulares. Aprender a costurar, bordar, cozinhar, arrumar a casa, cuidar da higiene do corpo e a se comportar era uma das marcas do seu processo formativo. As instituições administradas por congregações religiosas foram as que mais se destacaram na educação doméstica de natureza moral e religiosa (SOUZA, 2011).

Para adentrar o Curso Normal Rural da Escola Antônio Lemos, era preciso inscrever-se para prestar exame de admissão, como relatou o jornal *Folha do Norte* no dia 30 de janeiro de 1937: “estará aberta no dia 1º de fevereiro próximo, a inscrição à matrícula ao 1º ano do curso normal Rural da Escola Doméstica ‘Antônio Lemos’, devendo realizar-se o exame de admissão



no dia 15 do mesmo mês” (FOLHA DO NORTE, 1937b, p. 5). Tratava-se de uma forma de selecionar as alunas interessadas e aptas a serem internadas na instituição para realizar o curso.

As alunas aprovadas no exame de admissão eram recolhidas e conduzidas à instituição, como evidenciou a *Folha do Norte* no dia 15 de janeiro:

O recolhimento das educandas da Escola Doméstica Antônio Lemos será no dia 20 do corrente (quarta-feira). Para conduzir as educandas estará a disposição das meninas às 4 horas da tarde daquele dia um trem da estrada de ferro de Bragança, que partirá da Estação de São Brás (FOLHA DO NORTE, 1937a, p. 5).

A informação do traslado das alunas aprovadas no exame de admissão para realizarem o Curso Rural na Escola Doméstica Antônio Lemos, expressa na notícia do jornal *Folha do Norte*, patrocinada pelo poder público, representava uma forma de apoio à educação das alunas, bem como controle para que chegassem ao seu destino no dia marcado para ingressar no regime de internato. A partida do trem da Estrada de Bragança, da Estação de São Brás, constitui-se em um momento marcado por expectativas de chegarem à instituição e se adaptarem a suas regras, e o desejo de tornarem-se professoras do ensino primário rural.

Considerações

Desde a sua criação, o Orfanato Antônio Lemos passou por diferentes transformações estruturais e educativas, que lhe dispensaram diferentes nomeações. Ao longo de sua história, foi um espaço marcadamente feminino, ocupado por uma diversidade de mulheres, como as religiosas Filhas de Sant’Anna, as professoras e as educandas.

Educar meninas para tornarem-se mulheres civilizadas e honradas foi o objetivo que sempre circundou as ações da instituição, fosse preparando-as para o casamento ou para o exercício de uma profissão.

Nas décadas de 30 e 40 do século XX, passou a formar professoras incumbidas de levar as luzes do progresso ao campo, onde a população deveria permanecer, evitando o abarrotamento urbano das cidades e difundindo ideias nacionalistas. Recebiam, assim, uma formação intelectual e moral baseada na civilidade na ideia de progresso.

Mesmo em um momento em que a mulher buscava ocupar lugares sociais outros, a formação do Orfanato Antônio Lemos buscava formar uma mulher idealizada com uma conduta social sem máculas, recatada e cristã, capaz de cuidar bem de seus lares e, se seguissem a carreira docente, boas educadoras das crianças, ou seja, mulheres exemplares.

O Orfanato foi centro de formação de mulheres, as quais viram nesse espaço uma possibilidade de emancipação e de ocupar lugares outros na sociedade, como os espaços escolares campestres.

Ressaltamos, por último, a necessidade de pesquisas em História da educação que tratem sobre o ensino rural e instituições que foram criadas nesse contexto. Ainda se privilegia o ensino e instituições educativas do meio urbano.

Referências

- A PROVÍNCIA DO PARÁ. Typographia do Futuro, 02 de fevereiro de 1906.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. Typographia do Futuro, 09 de dezembro de 1907.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. Typographia do Futuro, 17 de junho de 1908.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. Typographia do Futuro, 19 de dezembro de 1893.
A PROVÍNCIA DO PARÁ. Typographia do Futuro, 31 de janeiro de 1894.
BELÉM, **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, em sessão de 20 de maio de 1930, no governo de Antônio de Almeida Faciôla. Belém, Pará, 1930.
BELÉM. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém** pelo intendente Senador Antônio José de Lemos. Arquivo da Intendência Municipal: Belém, Pará, 1906.
BELÉM. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, em 15 de novembro de 1905 pelo intendente Senador Antônio José de Lemos. Arquivo da Intendência Municipal: Belém, Pará, 1905.
BELÉM. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, na sessão de 15 de novembro de 1904 pelo intendente Senador Antônio José de Lemos. Tipografia de Alfredo Augusto Silva, 1904.
CARIDADE, Jornal. Belém: Corporação Artística do Sr. Tavares Cardoso e Cia, 1893.
DUARTE, Antônio Valdir Monteiro. **Órfãs e desvalidas: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893-1931)**. Tese de doutorado apresentada o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: Minas Gerais, 2013.
FOLHA DO NORTE. Estabelecimentos de Ensino. 15 de janeiro de 1937a.
FOLHA DO NORTE. Estabelecimentos de Ensinos. 30 de janeiro de 1937b.
GONDRA, José Gonçalves. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moisés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318.
JURANDIR, Dalcídio. O problema do ensino rural: curso de psicultura do Pará. **Revista Escola: Revista do Professorado do Pará**, 1934, ano1, n.3, ag.; PA. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134336>. Acesso em: 20 nov. 2021.
NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Instituições educativas: Porque e como pesquisá-las**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
PARÁ, **Coleção de Decretos e Portarias**. Decreto N. 520, de 26 de 1931, Cria o Curso Normal Rural, Typ. Do Instituto Macedo Costa, Escola Profissional do Estado, 1931.
PARÁ. **Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Pará**, em sessão solene de abertura de sua 1ª legislatura, a 16 de julho de 1936, pelo Governador e Estado, Dr. José Carneiro da Gama Malcher. Pará, 1936.

PARÁ. **Relatório Problemas fundamentais** – ideias de governo-administração e prestação de contas, apresentado ao Presidente da República pelo Interventor Federal, Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Problemas fundamentais-Ideias de governo-Administração e Prestação de Contas, 1944.

PARÁ. **Revista Escola**: Revista do professorado do Pará, v1, n 4. Maio de 1935.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. Amparo e educação de meninas na república paraense (1893-1910): do ofício de servir o lar a casar-se. In: RIBEIRO, Joyce OTânia Seixas; VILAÇA, Teresa; BRÍCIO, Vilma Nonato de; MENDES, Sandra Carina Barbosa (Orgs.). **Gênero, sexualidade e educação: problemas contemporâneos**. Curitiba: CRV, 2019. p. 339-352

PINHEIRO, Wellington da Costa. **O instituto Orfanológico do Outeiro**: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903 a 1913). Tese (Doutorado em Educação) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2017.

RIBEIRO, Luís Fernando. Instruções para escolas agrícolas rurais. In: PARÁ. **Escola Revista do professorado do Pará**, v1, n 4. mai. 1935.

RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, educar para a vida**: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945). Natal, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRN, 2007.

ROSA, Larisse de Fátima Farias da. **O Potencial Patrimonial e Museológico do Conjunto Arquitetônico Antônio Lemos em Santa Izabel do Pará**. Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado à Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2015.

SCHUELER. Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. **Revista contemporânea de educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7, janeiro/julho, 2009. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1570/1418>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação do corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas, SP: Autores associados, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de, ÁVILA, Regina Pereira da Silva. Disputas sobre o ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947). **Revista Hist. da Educ.** (Online), v. 18, n.43, Mai/Ago, 2014, p. 13-132. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/8jHnPLv6jrrSdv7V9DfCSPK>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUZA, Vitória Diniz de. **“Serão perfeitas donas de casa e distintas moças da sociedade”**: a Escola Doméstica em uma história da educação das sensibilidades femininas em Natal (1914-1945). Natal, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, UFRN, 2011.

SOBRE AS AUTORAS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França. Doutora em Educação pela UNICAMP. Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da UEPA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GHEDA. Contribuição de autoria: participação em todas as etapas do estudo e da escrita do manuscrito. <http://lattes.cnpq.br/7005058905002975>

Adriene Suellen Ferreira Pimenta. Doutoranda em Educação pela UFPA. Docente da SEDUC/PARÁ. Membro dos Grupos de pesquisa ECOS e GHEDA. Contribuição de autoria:

O DESABROCHAR DA FLOR DA CARIDADE E A FORMAÇÃO DE MULHERES
NO ORFANATO ANTÔNIO LEMOS

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França • Adriene Suellen Ferreira Pimenta

participação em todas as etapas do estudo e da escrita do manuscrito. Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/4544619583854800>

Como citar este artigo:

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de; PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. O desabrochar da flor da caridade e a formação de mulheres no orfanato Antônio Lemos. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18 n. 49, 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.10758